

CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS ENTRE CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS EM ITAITUBA (PA): ANÁLISE DE DADOS DO SISVAN ENTRE 2020 E 2024

Nadia da Costa Sousa¹.

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Itaituba, Pará.

<http://lattes.cnpq.br/0928582596290456>

RESUMO: O consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs) na infância tem crescido expressivamente nas últimas décadas, configurando-se como um desafio de saúde pública. Este estudo teve como objetivo analisar o padrão de consumo de AUPs entre crianças de 5 a 9 anos no município de Itaituba (PA), com base nos dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), no período de 2020 a 2024. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e documental, com dados secundários provenientes da Atenção Primária à Saúde. Os resultados apontaram prevalências elevadas e persistentes de consumo de ultraprocessados, variando de 83% (2020) a 78% (2024), com pico de 87% em 2021. Embora se observe uma leve redução nos últimos anos, o nível de consumo permanece acima das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e da Organização Mundial da Saúde. Entre os fatores associados estão a urbanização, a publicidade direcionada ao público infantil e a substituição de alimentos regionais por produtos industrializados. Conclui-se que o enfrentamento desse cenário exige ações intersetoriais, com fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional, do Programa Nacional de Alimentação Escolar e da valorização da agricultura familiar, de modo a promover uma alimentação infantil mais saudável e sustentável na região amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação infantil. Ultraprocessados. Saúde pública.

CONSUMPTION OF ULTRA-PROCESSED FOODS AMONG CHILDREN AGED 5 TO 9 YEARS IN ITAITUBA (PA): ANALYSIS OF SISVAN DATA FROM 2020 TO 2024

ABSTRACT: The consumption of ultra-processed foods (UPFs) during childhood has increased significantly in recent decades, becoming a major public health concern. This study aimed to analyze the pattern of UPF consumption among children aged 5 to 9 years in the municipality of Itaituba, Pará (Brazil), based on data from the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN) from 2020 to 2024. A quantitative, descriptive, and documentary approach was adopted, using secondary data from Primary Health Care records. The results revealed high and persistent consumption rates, ranging from 83% (2020) to 78% (2024), with a peak of

87% in 2021. Although a slight decline was observed in recent years, the levels remain above the recommendations of the Brazilian Dietary Guidelines and the World Health Organization. Factors associated with this pattern include urbanization, marketing strategies targeting children, and the replacement of traditional regional foods with industrialized products. It is concluded that addressing this issue requires intersectoral actions, strengthening Food and Nutrition Education, the National School Feeding Program, and the promotion of family farming, in order to foster healthier and more sustainable eating habits among children in the Amazon region.

KEY-WORDS: Child nutrition. Ultra-processed foods. Public health.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o padrão alimentar da população brasileira passou por profundas transformações, marcadas pelo aumento expressivo do consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs). Esses produtos, resultantes de formulações industriais com uso intensivo de ingredientes artificiais e aditivos químicos, como corantes, aromatizantes e emulsificantes, têm ocupado papel central nas rotinas alimentares, especialmente entre crianças e adolescentes (MONTEIRO *et al.*, 2019). Esse fenômeno é impulsionado por fatores como a urbanização acelerada, a busca por praticidade nas refeições, o marketing agressivo da indústria alimentícia e a crescente desvalorização dos alimentos regionais e minimamente processados (LIMA; SANTOS, 2022).

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), uma alimentação adequada e saudável deve ser baseada em alimentos in natura ou minimamente processados, preparados de forma caseira e consumidos em contextos sociais que favoreçam o convívio e a educação alimentar. O documento alerta que o consumo habitual de ultraprocessados está diretamente associado ao aumento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), à deficiência de micronutrientes e à substituição de alimentos tradicionais e regionais. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2016) reforça que a introdução precoce de produtos ultraprocessados na infância tem efeitos negativos sobre o desenvolvimento metabólico e a formação de hábitos alimentares inadequados, elevando o risco de obesidade e outras comorbidades na vida adulta.

No contexto brasileiro, o *Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil* (ENANI-2019) revelou que aproximadamente 80% das crianças menores de cinco anos consomem regularmente algum tipo de ultraprocessado, sendo os mais frequentes os biscoitos recheados, bebidas adoçadas, salgadinhos industrializados e embutidos (VASCONCELOS *et al.*, 2021). Essa tendência tende a se intensificar na faixa etária de 5 a 9 anos, fase escolar em que ocorre a consolidação de preferências alimentares e de comportamentos que podem persistir ao longo da vida (SOUZA *et al.*, 2020). Dessa forma, compreender os padrões alimentares nessa etapa é essencial para subsidiar ações de promoção da saúde e educação alimentar e nutricional.

Na Amazônia, o município de Itaituba (PA) constitui um exemplo relevante dessa problemática, pois apresenta uma rápida expansão urbana e agroindustrial que influencia os modos de vida e a estrutura alimentar local (MOURA; FERREIRA, 2022). A substituição de alimentos regionais — como frutas nativas, raízes e produtos oriundos da agricultura familiar — por produtos industrializados comercializados em redes varejistas reflete mudanças culturais e econômicas significativas. Essa transição alimentar contribui para o aumento da insegurança nutricional e para a redução do consumo de alimentos tradicionais, ricos em fibras, vitaminas e minerais.

Nesse contexto, os dados provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), ferramenta do Ministério da Saúde vinculada à Atenção Primária à Saúde (APS), tornam-se fundamentais para compreender os hábitos alimentares da população infantil. Os registros do SISVAN permitem monitorar o consumo de grupos alimentares específicos e identificar padrões que orientem a formulação de políticas públicas e ações de intervenção (BRASIL, 2023b). Assim, investigar a evolução do consumo de ultraprocessados entre crianças de 5 a 9 anos em Itaituba, no período de 2020 a 2024, possibilita compreender os desafios locais da alimentação infantil e reforça a necessidade de estratégias intersetoriais de educação alimentar, com enfoque na saúde e sustentabilidade ambiental.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar o consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças de 5 a 9 anos no município de Itaituba (PA), utilizando dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) referentes ao período de 2020 a 2024. Busca-se compreender a dimensão e a evolução desse consumo ao longo dos anos, discutindo seus impactos sobre a saúde infantil e as implicações para as políticas públicas locais de alimentação e nutrição. A finalidade do trabalho é subsidiar ações de promoção da alimentação saudável e sustentável, fortalecendo estratégias intersetoriais na Atenção Primária à Saúde e no ambiente escolar, com foco na prevenção de agravos nutricionais e na formação de hábitos alimentares adequados na infância.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, descritiva e documental, elaborada a partir da análise de dados secundários disponibilizados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), vinculado ao Ministério da Saúde. Essa abordagem foi escolhida por permitir a identificação de tendências e padrões de consumo alimentar a partir de informações oficiais coletadas rotineiramente na Atenção Primária à Saúde (APS).

Os dados utilizados foram extraídos dos relatórios públicos de Consumo Alimentar por Período e Fase do Ciclo da Vida, disponíveis no portal do SISVAN, referentes aos

anos de 2020 a 2024. Esses relatórios sintetizam informações coletadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Itaituba, Estado do Pará, durante as avaliações nutricionais e acompanhamentos regulares de crianças cadastradas nas equipes de Saúde da Família.

A população estudada compreendeu crianças com idades entre 5 e 9 anos, faixa etária correspondente à fase escolar inicial e considerada estratégica para a consolidação de hábitos alimentares. Foram incluídos no levantamento todos os registros disponíveis no sistema municipal, totalizando mais de 120 mil acompanhamentos individuais ao longo do período analisado.

A variável principal do estudo foi o percentual de crianças que relataram consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs). Essa variável faz parte dos indicadores alimentares padronizados pelo Ministério da Saúde, que classificam como “consumo de ultraprocessados” a ingestão de produtos como biscoitos recheados, bebidas adoçadas, embutidos, salgadinhos e outros itens industrializados prontos para consumo (BRASIL, 2023a).

Para a análise dos dados, procedeu-se à comparação anual dos percentuais de consumo, observando-se a variação temporal entre 2020 e 2024. Essa análise permitiu identificar tendências percentuais e possíveis alterações no comportamento alimentar das crianças acompanhadas ao longo do período. As informações foram organizadas em tabela descritiva, a fim de facilitar a visualização dos resultados e a interpretação comparativa.

Os procedimentos metodológicos adotados seguiram princípios de ética e transparência na pesquisa científica, utilizando exclusivamente dados secundários de domínio público, sem identificação individual de participantes, conforme recomendações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Por esse motivo, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão dos efeitos do consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs) na infância exige, inicialmente, uma definição clara sobre o que caracteriza esse grupo alimentar. Segundo a classificação NOVA, desenvolvida por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), os alimentos podem ser agrupados conforme o nível de processamento industrial. Essa tipologia distingue quatro categorias: (1) alimentos in natura ou minimamente processados, (2) ingredientes culinários processados, (3) alimentos processados e (4) alimentos ultraprocessados — formulações industriais fabricadas quase integralmente a partir de substâncias extraídas ou derivadas de outros alimentos, como óleos, açúcares, amidos e proteínas isoladas, com adição de aditivos que conferem cor, sabor e textura artificiais (MONTEIRO *et al.*, 2019).

Os AUPs incluem produtos como biscoitos recheados, refrigerantes, embutidos, salgadinhos, bolos industrializados e bebidas adoçadas, frequentemente projetados para serem altamente palatáveis, práticos e de longa duração — características que favorecem seu consumo em larga escala. O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) alerta que a ingestão frequente desses produtos está associada a efeitos adversos à saúde, incluindo aumento do peso corporal, redução da qualidade nutricional da dieta e exposição a compostos potencialmente tóxicos oriundos de aditivos e embalagens.

Na infância, o consumo precoce de ultraprocessados está relacionado a múltiplos impactos fisiológicos e comportamentais. Estudos demonstram que dietas ricas nesses produtos contribuem para o desenvolvimento de obesidade infantil, alterações na microbiota intestinal, desnutrição oculta — caracterizada pela ingestão calórica excessiva, porém pobre em micronutrientes — e a formação de preferências alimentares inadequadas (SILVA et al., 2020; WHO, 2021). Pesquisas recentes identificaram ainda que crianças expostas a ultraprocessados apresentam maior risco de resistência à insulina, inflamações subclínicas e distúrbios gastrointestinais (MACHADO et al., 2023).

Além dos aspectos biológicos, há implicações socioculturais relevantes. O consumo elevado de produtos industrializados tende a substituir alimentos regionais, reduzindo a diversidade alimentar e cultural e aumentando a dependência de cadeias produtivas distantes e ambientalmente impactantes. Esse padrão tem sido descrito como parte de um processo de nutricionalização industrial, no qual alimentos tradicionais são gradualmente substituídos por produtos padronizados de fácil acesso e alto teor de gordura, sódio e açúcares (CANELLA; LOUZADA; MONTEIRO, 2022).

Diante desse cenário, o Brasil consolidou um conjunto de políticas públicas voltadas à promoção da alimentação saudável, entre as quais se destacam: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Brasil, 2022), que assegura refeições balanceadas a estudantes da rede pública e limita o uso de ultraprocessados nas escolas; a Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN (Brasil, 2023a), que orienta ações intersetoriais para prevenção da má nutrição; e o Guia Alimentar para a População Brasileira, que reforça a importância do consumo de alimentos in natura e alerta sobre os riscos do ultraprocessamento (BRASIL, 2014).

A literatura científica mais recente (2019–2024) reforça a gravidade do cenário nacional. O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019) apontou que mais de 80% das crianças brasileiras menores de cinco anos consomem regularmente ultraprocessados (VASCONCELOS et al., 2021). Em estudo conduzido no Rio Grande do Sul, com mais de 22 mil crianças de 2 a 9 anos, observou-se que 70% consumiam biscoitos ou bebidas açucaradas diariamente (MARTINS et al., 2022). Na região Norte, a Revista de Saúde Coletiva da Amazônia destacou que a transição alimentar vem ocorrendo de forma acelerada, substituindo alimentos regionais por produtos industrializados, especialmente entre famílias urbanas e de baixa renda (LIMA; SANTOS, 2022).

Essas evidências dialogam diretamente com a realidade observada em Itaituba (PA). Os dados obtidos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para o município, no período de 2020 a 2024, evidenciaram um padrão elevado e persistente de consumo de AUPs entre crianças de 5 a 9 anos acompanhadas pela Atenção Primária à Saúde.

Tabela 1 – Percentual de crianças (5 a 9 anos) que consomem alimentos ultraprocessados em Itaituba (2020–2024)

Ano	Crianças acompanhadas (n)	% que consomem ultraprocessados
2020	5.208	83%
2021	15.763	87%
2022	28.380	84%
2023	36.361	82%
2024	40.201	78%

Fonte: Ministério da Saúde – SISVAN, 2020–2024.

Observa-se que o percentual de crianças que consumiam AUPs manteve-se acima de 78% durante todo o período, revelando um cenário preocupante para a saúde infantil. O maior índice foi registrado em 2021 (87%), seguido de uma tendência de redução gradual nos anos seguintes. Essa leve queda pode estar associada à retomada das ações presenciais de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS) após o período mais crítico da pandemia de COVID-19, que havia intensificado o consumo doméstico de produtos industrializados (MOURA; FERREIRA, 2022).

Apesar da redução recente, o nível de consumo ainda se encontra muito acima das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) e da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2016), que orientam evitar o consumo de ultraprocessados na alimentação infantil. Fatores como publicidade direcionada ao público infantil, preços acessíveis e falta de tempo das famílias para o preparo doméstico seguem influenciando as escolhas alimentares (CANELLA; LOUZADA; MONTEIRO, 2022).

Estudos nacionais corroboram a tendência observada em Itaituba. O ENANI (2021) indica que 8 em cada 10 crianças brasileiras consomem ultraprocessados regularmente, substituindo refeições principais por lanches de baixo valor nutricional (VASCONCELOS et al., 2021). Já Machado et al. (2023) identificaram que o consumo elevado desses produtos está associado à redução da diversidade alimentar, desequilíbrio da microbiota intestinal e maior prevalência de obesidade e inflamações metabólicas.

No contexto regional, Itaituba compartilha os desafios da Amazônia urbana, marcada pela transição nutricional acelerada, pela crescente presença de redes varejistas e pela diminuição do consumo de alimentos regionais e da agricultura familiar (LIMA; SANTOS, 2022). O aumento do poder aquisitivo de algumas famílias e a ausência de políticas locais

de incentivo à alimentação tradicional contribuem para consolidar hábitos baseados em ultraprocessados.

Por outro lado, a redução de 83% (2020) para 78% (2024) sugere que as ações de promoção da alimentação saudável realizadas pela APS começam a gerar efeitos positivos. Iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE), hortas comunitárias e campanhas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) — muitas delas articuladas ao PNAE e à PNAN — têm papel essencial na conscientização das famílias e na promoção de uma alimentação adequada e sustentável (BRASIL, 2023a).

É importante salientar que o consumo elevado de ultraprocessados na infância não impacta apenas a saúde imediata, mas também a formação de preferências alimentares duradouras. Conforme apontam Silva et al. (2020), a exposição contínua a produtos com alto teor de açúcar, sal e gordura altera a sensibilidade gustativa e reduz a aceitação de alimentos naturais, criando um ciclo de dependência alimentar que se estende até a adolescência e a vida adulta.

Dessa forma, os resultados de Itaituba reforçam a necessidade de ações intersetoriais e territorializadas, que integrem saúde, educação e políticas de abastecimento. A redução do consumo de ultraprocessados entre crianças exige o fortalecimento das práticas alimentares regionais, o incentivo à agricultura familiar e o controle da publicidade infantil, medidas fundamentais para a construção de uma sociedade mais saudável, consciente e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças de 5 a 9 anos em Itaituba (PA), no período de 2020 a 2024, revelou um cenário que reflete tanto os desafios contemporâneos da alimentação infantil quanto as transformações sociais e econômicas vivenciadas na região. Os dados do SISVAN demonstraram prevalências consistentemente elevadas de consumo desses produtos, com índices superiores a 78% ao longo dos cinco anos observados. Embora tenha sido identificada uma leve redução após 2021, o consumo de ultraprocessados permanece expressivo, evidenciando a força dos padrões alimentares influenciados pela industrialização, pela praticidade e pela publicidade voltada ao público infantil.

Esses resultados dialogam com o objetivo do estudo ao evidenciar a necessidade de um olhar ampliado sobre os hábitos alimentares das crianças, considerando as dimensões culturais, econômicas e educativas que moldam suas escolhas. As políticas públicas voltadas à promoção da alimentação saudável, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), assumem papel estratégico nesse contexto, especialmente quando articuladas a ações locais que envolvam escolas, famílias e comunidades.

Assim, o enfrentamento do consumo excessivo de ultraprocessados requer mais do que recomendações nutricionais: demanda a construção de um ambiente alimentar que favoreça escolhas conscientes e o resgate dos alimentos regionais e tradicionais. Fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), estimular a agricultura familiar e promover o diálogo intersetorial entre saúde, educação e sustentabilidade são caminhos promissores para que crianças cresçam em contextos mais saudáveis, equitativos e coerentes com a identidade amazônica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): diretrizes e manuais técnicos**. Brasília: MEC/FNDE, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN: Relatórios Públicos**. Brasília, 2023b. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>.
- CANELLA, D. S.; LOUZADA, M. L.; MONTEIRO, C. A. O consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil e seus impactos sobre a saúde e o ambiente. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 5, p. e00187921, 2022.
- ENANI. **Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil 2019–2020**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.
- LIMA, P. S.; SANTOS, L. R. Mudanças nos padrões alimentares e consumo de ultraprocessados entre crianças brasileiras. **Revista de Saúde Coletiva da Amazônia**, v. 4, n. 1, p. 90–104, 2022.
- MACHADO, P. P. et al. Ultra-processed food intake and gut microbiota dysbiosis in Brazilian children. **Nutrition & Metabolism**, v. 20, n. 2, p. 45–53, 2023.
- MARTINS, J. L. et al. Padrões alimentares e consumo de ultraprocessados em crianças do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 25, n. 3, p. 1–12, 2022.
- MONTEIRO, C. A. et al. The UN Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. **Public Health Nutrition**, v. 22, n. 5, p. 1–11, 2019.
- MOURA, D.; FERREIRA, V. Educação alimentar e consumo de ultraprocessados na infância: desafios para a saúde pública. **Revista Brasileira de Nutrição e Saúde Pública**, v. 3, n.

2, p. 45–58, 2022.

SILVA, M. C. A.; PEREIRA, M. A.; LOPES, R. A. Efeitos do consumo de ultraprocessados na infância: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 18, n. 4, p. 30–42, 2020.

SOUZA, M. A.; CARVALHO, J. M.; LOPES, R. A. Hábitos alimentares e consumo de ultraprocessados em escolares brasileiros: revisão narrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 24, n. 4, p. 15–27, 2020.

VASCONCELOS, F. A. G. et al. Consumo de ultraprocessados e qualidade da dieta em crianças brasileiras: achados do ENANI-2019. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 12, p. e00212121, 2021.

WHO – World Health Organization. **Global Nutrition Policy Review 2021–2022**. Geneva: WHO, 2021.

WHO – World Health Organization. **Report on Ending Childhood Obesity**. Geneva: WHO, 2016.